

Matadores condenados pela lei podem estar soltos

1990
 MONTES CLAROS - Apesar de condenados a uma pena total de 82 anos, os assassinos de três índios da aldeia dos Xacriabá — crime conhecido como a "chacina dos Xacriabá" — foram vistos passeando em Itacarambí e Januária. Os dirigentes da Funai, juntamente com as lideranças indígenas, solicitaram ao Ministério Público esclarecimentos sobre quem autorizou e quais os motivos de eles estarem em liberdade. A denúncia foi feita pelo delegado da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo, Lúcio Flávio Coelho, durante o seminário "América 92 - nossa herança em comum", promovido pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), da Universidade de Montes Claros.

No início da discussão sobre a questão indígena, a professora Wilma Izabel Amaral, chefe do Departamento de História, falou sobre a situação histórica do índio no Brasil e a sua exploração pelos colonizadores. Ao avaliar a ação governamental, o técnico da Comissão Estadual da Questão Indígena, Mário Santiago, chegou a sugerir que a partir daquele movimento, se criasse em Montes Claros um núcleo de estudos sobre a questão indígena.

Ele enfatizou a necessidade de o poder público encarar o problema do índio com responsabilidade, advertindo que a causa indígena é "estritamente uma resistência contra a cobiça da terra deles, que tem grande potencial hídrico-mineral". Para Mário Santiago, as tentativas violentas de dominação "têm suporte no modelo capitalista e a pressão do poder econômico é para anular a identidade destes remanescentes".

Cacique pede ajuda e faz denúncia

O cacique Rodrigo, dos remanescentes Xacriabá, disse que as tradições de seu povo quase se perderam, pois foram impedidos de falar o idioma e mesmo fazer as danças xacriabás. Mesmo tendo as suas terras demarcadas em 1979 e registradas em 1987, os remanescentes ainda temem e ouvem falar de ameaças de invasões, e acham que a sua tribo necessita da ajuda, competência e boa vontade para sobreviver, pois não tem mais a caça e pesca como seus ancestrais. Com 5.600 pessoas, a reserva indígena recebe ajuda da Funai. O cacique disse que esteve nos movimentos preparatório da Rio-92 e mostrou esta situação. Fez um último apelo: "perdemos as nossas tradições, mas continuamos querendo ser Xacriabá".

O vice-cacique Emílio Xacriabá relatou os sofrimentos vividos pelos índios e pediu ajuda para a sobrevivência do grupo. Ele disse que algumas pessoas se aproximam deles somente para os explorarem. O cacique Rodrigo falou sobre as dificuldades que tiveram em Brasília (DF) para ser reconhecidos como índios. "Fomos obrigados a desenterrar os traços indígenas, para fugirmos à perseguição dos brancos", revelou Emílio. Ele queixou-se de que a terra demarcada está em um recanto seco, pois as melhores, localizadas nas margens do rio São Francisco, ficaram com os fazendeiros e posseiros.

Delegado da Funai quer explicações

O delegado da Funai, Lúcio Flávio Coelho, disse que a falta de traços culturais dos remanescentes se explica pelo processo de miscigenação, pois há mais de 200 anos que vinham se relacionando com os negros, componentes do Quilombo de Jaíba. "Os traços culturais existem de forma restrita", observou, afirmando que a Funai teve de agir imediatamente, e até tinha um projeto para ser instalado dentro da reserva indígena, contando com incentivo da Sudene.

Flávio Coelho fez um protesto, informando que há cerca de 20 dias ficou sabendo que os autores da "Chacina de Xacriabá", foram vistos em Itacarambí e Januária, apesar de condenados pela Justiça. Ele fez a denúncia ao Ministério Público, pedindo informações sobre o destino dos grileiros.

A "chacina dos Xacriabá"

Em 27 de setembro de 88, cinco grileiros compareceram ao Tribunal do Júri no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, para responder pelo assassinato do vice-cacique dos Xacriabá, Rosalino Gomes de Oliveira e mais dois índios. Segundo provou a promotoria, eles invadiram, em 12 de fevereiro de 87, a reserva indígena de São José das Missões — a aldeia Sapé — em Itaboraí, matando os três índios e ferindo outros. O crime ficou conhecido como a "chacina de Xacriabá" e mobilizou governo, grupos de defesa da pessoa humana e o então presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira.

O julgamento demorou 72 horas e a sentença foi proferida em 29 de setembro. As penas, somadas, chegaram a 82 anos e dois meses. Francisco Amaro — considerado o mentor e principal executor da chacina, foi condenado a 27 anos de prisão, Germano Silva, a 20 anos, Roberto Alkimin a 20 anos e 6 meses, Sebastião Vidoca a 12 anos e Cláudio Vidoca, a 2 anos e meio, porque não tinha antecedentes e os jurados consideraram que ele, efetivamente, não havia matado ninguém. Durante os dias do julgamento, vários índios da tribo dos Xacriabá permaneceram em Belo Horizonte, entre eles, o filho do cacique assassinado, Rosalino Gomes de Oliveira.

Entre as particularidades do julgamento, vale registro de que foi o primeiro julgamento de genocídio da justiça brasileira e o segundo Júri Federal do país, o outro foi formado para julgar o "escândalo da mandioca".



Iris de Oliveira, na época presidente da Funai, acompanhou o julgamento em Belo Horizonte. O acusador dos grileiros foi o subprocurador da República, Carlos Muzzi



Rosalino Gomes, vice-cacique e líder dos Xacriabá, assassinado pelos grileiros em fevereiro de 87



Francisco Amaro foi condenado a 27 anos, Germano Gonçalves a uma pena de 20 anos e Cláudio Vidoca, a dois anos e meio